

ESP-FUND PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

Edital 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	381101-ESP-FUND PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL	ADRIANO ROVARON DE ALBUQUERQUE	16/03/2026 16:23 (v 0.11)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		256.00000844/2026-60

Capa

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2026

CONTRATANTE

381101

OBJETO

Aquisição de injetados e fitas de borda para produção de mobiliário escolar para CPIS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Critério de Julgamento:

Menor preço por grupo

Modo de disputa:

Aberto e Fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	7
8.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
10.	DO TERMO DE CONTRATO.....	13
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	13
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
13.	DOS RECURSOS.....	14
14.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
15.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	16
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

Preâmbulo

Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel"-FUNAP

Torna-se público que o(a) Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel"- FUNAP, por meio do(a) Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, sediado(a) Rua Líbero Badaró, 600, 8º Andar, Bairro Centro, São Paulo -SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 67.888 de 17 de agosto de 2023, Decreto 68.021 de 11 de outubro de 2023, Decreto 68.220 de 15 de dezembro de 2023, Decreto 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa (Governo Federal)SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, , e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Links de acesso a legislação aplicável:

<https://www.doe.sp.gov.br/executivo/decretos/decreto-n-67888-de-17-de-agosto-de-2023-8233830>;

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68021-11.10.2023.html>;

<https://www.doe.sp.gov.br/executivo/decretos/decreto-n-68220-de-15-de-dezembro-de-2023-20231218116644137>;

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67608-27.03.2023.html>; e

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de injetados e fitas de borda para produção de mobiliário escolar para CPIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preço.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os grupos 1 e 2, **a participação é ampla**, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. A presente seção não compõe o texto fixo da minuta padronizada estabelecida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em conjunto com a Subsecretaria de Gestão da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), cujos modelos oficiais encontram-se disponíveis em <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/toolkits-documentospadronizados/>.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 5.4.1 e 5.4.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 5.4.1 ou no item 5.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

5.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário de cada item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá sobre o valor unitário tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Grupo 01:

7.8.1.: item 01: **R\$ 0,15 (quinze centavos)** sobre o valor unitário de cada item;

7.8.2.: item 02: **R\$ 0,15 (quinze centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.3.: item 03: **R\$ 0,15 (quinze centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.4.: item 04: **R\$ 0,15 (quinze centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.5.: item 05: **R\$ 0,10 (dez centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.6.: item 06: **R\$ 0,10 (dez centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.7.: item 07: **R\$ 0,10 (dez centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.8.: item 08: **R\$ 0,10 (dez centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.9.: item 09: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.10.: item 10: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.11.: item 11: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.12.: item 12: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.13.: item 13: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item;

7.8.14.: item 14: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.15.: item 15: **R\$ 0,10 (dez centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.16.: item 16: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.17.: item 17: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.18.: item 18: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.19.: item 19: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.20.: item 20: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.21.: item 21: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.22.: item 22: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.23.: item 23: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.24.: item 24: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

GRUPO 2:

7.8.25.: item 25: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item;

7.8.26.: item 26: **R\$ 0,01 (um centavo)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.27.: item 27: **R\$ 0,02 (dois centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.28.: item 28: **R\$ 0,02 (dois centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.29.: item 29: **R\$ 0,02 (dois centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.30.: item 30: **R\$ 0,02 (dois centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.31.: item 31: **R\$ 0,02 (dois centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.8.32.: item 32: **R\$ 0,02 (dois centavos)** sobre o valor unitário de cada item.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado..

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4.** Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.
- 8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 8.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1.** contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 8.8.** Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10.** Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.11.1.** O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13.** Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta
- 8.13.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. A presente seção não compõe o texto fixo da minuta padronizada estabelecida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em conjunto com a Subsecretaria de Gestão da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), cujos modelos oficiais encontram-se disponíveis em <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/toolkits-documentospadronizados/>.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A disciplina deste item não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. A disciplina deste item não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico, no sistema SEI SP, sendo que, para tanto, é necessário o devida cadastro no sistema (https://portal.sei.sp.gov.br/sei/usuario_externo).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

14.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

14.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

14.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

14.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.11.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.12.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 14.13.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.14.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.16.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 14.17.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.18.** Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 14.19.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 14.20.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

15.2.1. Nos endereços eletrônicos:

15.2.1.1. licitacao@funap.sp.gov.br;

15.2.1.2. aralbuquerque@sp.gov.br;

15.2.1.3. ddealmeida@sp.gov.br;

15.2.1.4. eduardo.santana@funap.sp.gov.br;

15.2.1.5. felipe.mota@funap.sp.gov.br;

15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

15.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet, **no Diário Oficial do Estado de São Paulo**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

15.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura do Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

16.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

16.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

16.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

16.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

16.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

16.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

16.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

16.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

16.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

16.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico:

16.13.1. <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>,

16.13.2. <https://www.gov.br/pncp/pt-br>,

16.13.3. <https://www.funap.sp.gov>.

16.14 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

16.15.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.15.2. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;

16.15.3. Anexo III -NO 011 00 2020 - 2026

16.15.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de que atende aos requisitos de habilitação - item

9.4 do Edital).

16.15.5. Anexo V - Modelo de Proposta

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEVI ANASTACIO FELIX

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:23:15.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR381101_000020_2026.pdf (310.25 KB)
- Anexo II - CONTRATO381101_000009_2026.pdf (155.19 KB)
- Anexo III - NO 011 00 2020 - 2026 anexo III (1).pdf (57.96 KB)
- Anexo IV - Declaracao Requisitos de Habilitacao - ANEXO IV.pdf (263.33 KB)
- Anexo V - ___Proposta 256.00000844.2026-60.pdf (370.79 KB)

ESP-FUND PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	381101-ESP-FUND PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL	JOSE LUIZ RODRIGUES	18/02/2026 17:03 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	107/2026	844/2026-60

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL - FUNAP

(Processo Administrativo 256.00008442026-60 - INJETADOS E FITAS DE BORDA MOBILIÁRIO ESCOLAR FDE)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Injetados e Fitas de Borda, para produção mobiliário escolar FDE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT	SIAFÍSICO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	445550	6543979	5724	ASSENTO INJETADO CJA-01 LARANJA	1.000	UND
2	445550	5697913	5727	ASSENTO INJETADO CJA-03 AMARELO	1.000	UND
3	445550	4804201	4492	ASSENTO INJETADO CJA-05 VERDE	13.000	UND
4	445550	6008054	3028	ASSENTO INJETADO CJA-06 AZUL	10.500	UND
5	445549	6543987	5725	ENCOSTO INJETADO CJA-01 LARANJA	1.000	UND
6	445549	5697891	5728	ENCOSTO INJETADO CJA-03 AMARELO	1.000	UND
7	445549	4801415	4493	ENCOSTO INJETADO CJA-05 VERDE	13.000	UND
8	445549	6008062	3029	ENCOSTO INJETADO CJA-06 AZUL	10.500	UND
9	269217	5502756	5338	PONTEIRA 38MM MBR AZUL P/1,5MM	24.000	UND
10	269217	6509460	4550	PONTEIRA 38MM MBR AZUL P/1,9MM	12.000	UND
11	394364	6543995	5752	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-01	2.000	UND
12	394364	5696810	5746	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-03	2.000	UND
13	394364	6008097	4495	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-05	40.000	UND
14	394364	6008100	3036	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-06	35.000	UND
15	622323	4801369	3031	PORTA LIVROS INJ CINZ CJA05/06	35.000	UND

16	394364	5696798	5729	SAPATA EXPANSIVA CJA-03 AMAREL	4.000	UND
17	394364	4796764	4494	SAPATA EXPANSIVA CJA-05 VERDE	21.000	UND
18	394364	6008119	3035	SAPATA EXPANSIVA CJA-06 AZUL	1.000	UND
19	394364	5696828	5747	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-03	2.000	UND
20	394364	4797833	4496	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-05	31.000	UND
21	394364	6008127	3037	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-06	26.000	UND
22	394364	5696836	5748	SAPATA INJETADA POSTER CJA-03	2.000	UND
23	394364	6008135	4497	SAPATA INJETADA POSTER CJA-05	36.000	UND
24	394364	6008143	3038	SAPATA INJETADA POSTER CJA-06	39.000	UND

25	441509	6233988	5738	FITA DE BORDA PVC 22X1 CINZA	8.100	METRO
26	616030	6008208	6366	FITA DE BORDA PVC 22X1 MARFIM	8.100	METRO
27	626251	5691443	5757	FITA DE BORDA PVC 22X3 AMARELA	2.700	METRO
28	626251	6008291	4276	FITA DE BORDA PVC 22X3 AZUL	27.000	METRO
29	459714	5696763	5756	FITA DE BORDA PVC 22X3 LARANJA	2.700	METRO
30	459714	5691451	5758	FITA DE BORDA PVC 22X3 VERMELHA	2.700	METRO
31	441937	5491819	5336	FITA DE BORDA PVC 28X3 AZUL	10.200	METRO
32	441504	6534848	5211	FITA DE BORDA PVC 28X3 CINZA	1.200	METRO

* Serão segregados em 2 grupos, sendo: Grupo 1 (itens 01 a 24) e Grupo 2 (itens 25 a 32).

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 150 dias contados do(a) recebimento do empenho ou assinatura de contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Embora a vigência contratual informada no item 1.4, seja de 150 dias, o prazo para execução /entrega do objeto contratado está especificado no 1.8, sempre levando em conta a quantidade e complexidade de cada item.

1.6. Subcontratação

O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1.7. Descrição detalhada dos Materiais - Descritivo Técnico

AGRUPAMENTO 1 – INJETADOS FDE (ITENS 1 A 24)

ITEM 1 - ASSENTO CADEIRA ALUNO LARANJA CJA01 FDE/FNDE – 005724

CATMAT: 445550

SIAFÍSICO: 6543979

Descrição: Assento em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (260x340) mm, modelo CJA 01 laranja Pantone 151 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 1.000 (mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor laranja (Pantone 151 C).

Propriedades do polímero: Deve ser auto extingüível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No assento deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo, Logomarca do fabricante e datadores duplos com o miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FDE/FNDE).

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em cadeira de aluno CJA 01 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 2 - ASSENTO CADEIRA ALUNO AMARELO CJA03 FDE/FNDE – 005727

CATMAT: 445550

SIAFÍSICO: 5697913

Descrição: Assento em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (310x400) mm, modelo CJA 03, na cor amarela 1235 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 1.000 (mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor amarela (Pantone 1235 C).

Propriedades do polímero: Deve ser auto extingüível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No assento deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo, Logomarca do fabricante e datadores duplos com o miolo giratório de 16 mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FDE/FNDE).

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em cadeira de aluno CJA 03 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 3 - ASSENTO CADEIRA ALUNO VERDE CJA05 FDE/FNDE - 004492

CATMAT: 445550 SIAFÍSICO: 4804201

Descrição: Assento em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (390x400) mm, modelo CJA05 verde Pantone 3415 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 13.000 (treze mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor Verde (Pantone 3415 C).

Propriedades do polímero: Deve ser autoextinguível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No assento deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo, Logomarca Funap e datadores duplos com o miolo giratório de 16 mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FDE /FNDE).

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Peso médio: 870 gramas.

Dimensões: Dimensões e design conforme projeto FDE/FNDE.

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Aplicação: Em cadeira de aluno CJA – 05 FDE/FNDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 02 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto por leque.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado e polido/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e placa extratora guiada por 04 (quatro) buchas e 04 (quatro) colunas e puxador central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 200 mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 1000 x 830 x 400 mm (CXLXA).

Peso: 2.450Kg.

Máquina Injetora: 600/800 Toneladas

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 4 - ASSENTO CADEIRA ALUNO AZUL CJA06 FDE/FNDE – 003028

CATMAT: 445550 SIAFÍSICO: 6008054

Descrição: Assento em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (390x400) mm, modelo CJA06 azul Pantone 287 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 10.500 (dez mil e quinhentas) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor Azul (Pantone 287 C).

Propriedades do polímero: Deve ser autoextinguível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No assento deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo, nome do fabricante do componente injetado por extenso acompanhado ou não de sua própria logomarca e datadores duplos com o miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FNDE/FDE).

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Dimensões: Dimensões e design conforme projeto FNDE/FDE.

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em cadeira de aluno CJA – 06 FNDE/FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 02 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto por leque.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado e polido/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e placa extratora guiada por 04 (quatro) buchas e 04 (quatro) colunas e puxador central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 200 mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 1000 x 830 x 400 mm (CXLXA).

Peso: 2.450Kg.

Máquina Injetora: 600/800 Toneladas.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 5 - ENCOSTO CADEIRA ALUNO LARANJA CJA01 FDE/FNDE – 005725

CATMAT: 445549

SIAFÍSICO: 6543987

Descrição: Encosto em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (168x336) mm, modelo CJA 01, na cor laranja 151 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 1.000 (mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor laranja (Pantone 151 C).

Propriedades do polímero: Deve ser auto extingüível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No encosto deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo, (tampografia), Logomarca do fabricante e datadores duplos com o miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FDE/FNDE).

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em cadeira de aluno CJA 01 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 6 - ENCOSTO CADEIRA ALUNO AMARELO CJA03 FDE/FNDE – 005728

CATMAT: 445549

SIAFÍSICO: 5697891

Descrição: Encosto em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (198x396) mm, modelo CJA 03, na cor amarela 1235 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 1.000 (mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor amarela (Pantone 1235 C).

Propriedades do polímero: Deve ser auto extingüível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No encosto deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo (tampografia), Logomarca do fabricante e datadores duplos com o miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FDE/FNDE).

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em cadeira CJA – 03 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 7 - ENCOSTO CADEIRA ALUNO VERDE CJA05 FDE/FNDE - 004493

CATMAT: 445549

SIAFÍSICO: 4801415

Descrição: Encosto em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (198x396) mm, modelo CJA05, na cor verde Pantone 3415 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 13.000 (treze mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o **molde da FUNAP**.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor verde (Pantone 3415 C).

Propriedades do polímero: Deve ser autoextinguível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No encosto deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo (tampografia), Logomarca Funap e datadores duplos com o miolo giratório de 16 mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FDE/FNDE).

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Peso médio: 442 gramas.

Dimensões: Dimensões e design **conforme projeto FDE/FNDE**.

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Aplicação: Em cadeira CJA05 FDE/FNDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 02 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto por leque.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado e polido/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e placa extratora guiada por 04 (quatro) buchas e 04 (quatro) colunas e puxador central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 160 mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 650 x 1900 x 330 mm (CXLXA).

Peso: 1.070Kg.

Máquina Injetora: 600 Toneladas.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 8 - ENCOSTO CADEIRA ALUNO AZUL CJA06 FDE/FNDE - 003029

CATMAT: 445549 SIAFÍSICO: 6008062

Descrição: Encosto em polipropileno injetado, para cadeira escolar, medindo (198x396) mm, modelo CJA06 azul Pantone 287 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 10.500 (dez mil e quinhentos) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem, injetado isento de cargas minerais.

Pigmentado: Em cor azul (Pantone 287C).

Propriedades do polímero: Deve ser autoextinguível categoria II/III, conforme norma NBR 7356.

Gravação: No assento deverão vir gravados o símbolo internacional de reciclagem, contendo o número identificador do polímero, identificação do modelo, nome do fabricante do componente injetado por extenso

acompanhado ou não de sua própria logomarca e datadores duplos com o miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações do projeto FNDE/FDE).

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Dimensões: Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Aplicação: Em cadeira CJA – 06 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 02 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto por leque.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado e polido/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e placa extratora guiada por 04 (quatro) buchas e 04 (quatro) colunas e puxador central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 160 mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 650 x 1900 x 330 mm (CXLXA).

Peso: 1.070Kg.

Máquina Injetora: 600 Toneladas.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 9 - PONTEIRA/SAPATA 38MM AZUL TUBO 1,5MM - 005338

CADMAT: 269217 SIAFÍSICO: 5502756

Descrição: Ponteira injetada 48 mm de altura x 37,5 mm de comprimento, modelo FDE MBR03 na cor azul, para tubo 1.½ com parede de 1,5 mm. Para acabamento em bancos e mesas de refeitório MBR.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 24.000 (vinte e quatro mil) unidades.

Tipo: Redonda.

Composição: Confeccionadas em polipropileno copolímero injetado.

Cor: Azul (Pantone 287C).

Dimensões: 48mm (altura) X 37,5mm (diâmetro).

Importante: Para tubo de 38,1 mm de diâmetro com parede de 1,5 mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Para acabamento em banco e mesa de Refeitório MBR-03 FDE.

Embalagem: As ponteiras deverão vir embaladas em saco plástico de alta resistência e caixa de papelão, e identificados através etiqueta adesiva informando o código do produto e sua descrição, além dos dados do fabricante.

Projeto de Fabricação / Desenho Ilustrativo: FNDE/FDE

DETALHE - PONTEIRA / SAPATA

PARA TUBO Ø=38mm (1 1/2") chapa 16 (1,5mm)

OBS. Admite-se tolerâncias dimensionais indicadas no projeto, desde que não haja prejuízo na funcionalidade do componente (exceto quando as dimensões mínimas são especificadas no projeto).

ITEM 10 - PONTEIRA/SAPATA 38MM AZUL TUBO 1,9MM - 004550

CADMAT: 269217 SIAFÍSICO: 6509460

Descrição: Ponteira injetada 48 mm de altura x 37,5 mm de comprimento, modelo FDE MBR03 na cor azul, para tubo 1.½ com parede de 1,9mm. Para acabamento em bancos e mesas de refeitório MBR.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 12.000 (doze mil) unidades.

Tipo: Redonda.

Composição: Confeccionadas em polipropileno copolímero injetado.

Cor: Azul (Pantone 287C).

Dimensões: 48mm (altura) X 37,5mm (diâmetro).

Importante: Para tubo de 38,1 mm de diâmetro com parede de 1,9 mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Para acabamento em banco e mesa de Refeitório MBR-03 FDE.

Embalagem: As ponteiros deverão vir embaladas em saco plástico de alta resistência e caixa de papelão, e identificados através etiqueta adesiva informando o código do produto e sua descrição, além dos dados do fabricante.

Projeto de Fabricação / Desenho Ilustrativo: FNDE/FDE

DETALHE - PONTEIRA / SAPATA

PARA TUBO Ø=38mm (1 1/2") chapa 14 (1,9mm)

OBS. Admite-se tolerâncias dimensionais indicadas no projeto, desde que não haja prejuízo na funcionalidade do componente (exceto quando as dimensões mínimas são especificadas no projeto).

ITEM 11 – PONTEIRA REDONDA 1.¼ MESA CJA01 LARANJA – 005752

CATMAT: 394364 SIAFÍSICO: 6543995

Descrição: Ponteira superior, para mesa escolar CJA 01, medindo 37,2 mm altura x 56 mm de comprimento, modelo CAJ 01, na cor laranja 151 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 2.000 (duas mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio: 12,5gr/ peça.

Cor: Laranja (Pantone151 C).

Altura: 37,2mm;

Comprimento: 56 mm.

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE**.

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em mesa de aluno CJA 01 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 12 – PONTEIRA REDONDA 1.¼ MESA CJA03 AMARELA – 005746

CATMAT: 394364 SIAFÍSICO: 5696810

Descrição: Ponteira superior, para mesa escolar CJA 03, medindo 37,2 mm altura x 56 mm de comprimento, modelo CAJ 03, na cor amarela1235 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 2.000 (duas mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio: 12,5gr/ peça.

Cor: amarela (Pantone1235 C).

Altura: 37,2mm;

Comprimento: 56 mm.

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em mesa de aluno CJA 03 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 13 - PONTEIRA REDONDA 1.¼ MESA CJA05 VERDE – 004495

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 6008097

Descrição: Ponteira superior, para mesa escolar CJA05, medindo 37,2 mm altura x 56 mm de comprimento, na cor verde Pantone 3415 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 40.000 (quarenta mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o **molde da FUNAP.**

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio: 12,5gr/ peça.

Cor: verde (Pantone 3415 C).

Altura: 37,2 mm;

Comprimento: 56 mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE.** As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno CJA05 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP

Canal de Injeção: Submarino

Gavetas: 02 gavetas por acionamento mecânico com refrigeração e roscas NPT

Acabamento: Matriz acabamento polido / Macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por buchas extratoras, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico: Macho/Matriz: Temperado e Revenido (48 -52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Ø125mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 360 x 300 x 250mm (CXLXA).

Peso: 254Kg.

Máquina Injetora: 250 Toneladas.

Projeto de Fabricação / Desenho Ilustrativo: FNDE / FDE

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 14 - PONTEIRA REDONDA 1.¼ MESA CJA06 AZUL – 003036

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 6008100

Descrição: Ponteira superior, para mesa escolar CJA06, 37,2 mm altura x 56 mm de comprimento, na cor azul Pantone 287 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 35.000 (trinta e cinco mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio: 12,5gr / peça.

Cor: Azul (Pantone 287 C).

Dimensões:

Altura: 37,2 mm;

Comprimento: 56 mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno CJA06 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Submarino.

Gavetas: 02 gavetas por acionamento mecânico com refrigeração e roscas NPT.

Acabamento: Matriz acabamento polido / Macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por buchas extratoras, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico: Macho/Matriz: Temperado e Revenido (48 -52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: \varnothing 125mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 360 x 300 x 250mm (CXLXA).

Peso: 254Kg.

Máquina Injetora: 250 Toneladas.

Projeto de Fabricação / Desenho Ilustrativo: FNDE / FDE

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 15 - PORTA LIVROS FUNAP MESA ESCOLAR CJA 05/06 - 003031

CATMAT: 622323 SIAFÍSICO: 4801369

Descrição: Porta livros injetado FUNAP mesa de aluno FDE modelos CJA, na cor cinza.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 35.000 (trinta e cinco mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-prima reciclada ou recuperada, podendo chegar a 100%, injetado na cor CINZA.

Peso:1.050g/peça.

Formato: Reto.

Cor: Cinza (Pantone 425 C).

Dimensões e design **conforme projeto FDE/FNDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno modelos CJA 05/06 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 02 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto por leque.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Embalagem: Os Porta Livros deverão vir embalados em sacos plásticos contendo 10 unidades em cada pacote, protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga, devidamente identificados com os dados do fabricante.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril da fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 16 - SAPATA AMARELA COM PINO EXPANSOR PARA CADEIRA CJA03 - 005729

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 5696798

Descrição: Sapata com pino expansor, altura 31 mm x diâmetro 20,7 mm, modelo CJA03, na cor amarela 1235 C, para cadeira escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 4.000 (quatro mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio da Sapata: 3,8gr/ peça.

Peso Médio do Pino:2,0gr/ peça.

Cor: Amarela (Pantone1235C).

Altura: 31mm.

Diâmetro Total:20,7mm.

Dimensões: Dimensões e design **homologados junto ao departamento técnico FDE.**

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em cadeira de aluno CJA 03 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 17 - SAPATA VERDE COM PINO EXPANSOR PARA CADEIRA CJA05 - 004494

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 4796764

Descrição: Sapata com pino expansor, altura 31 mm x diâmetro 20,7 mm, modelo CJA05, na cor verde Pantone 3415 C, para cadeira escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 21.000 (vinte e uma mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o **molde da FUNAP.**

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio da Sapata: 3,8gr/ peça.

Peso Médio do Pino: 2,0gr/ peça.

Cor: Verde (Pantone 3415 C).

Altura: 31mm.

Diâmetro Total: 20,7mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE.** As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em cadeira escolar aluno CJA - 05 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 (sapata) + 04 (pino expansor), cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto.

Gavetas: 01gaveta de acionamento por cilindro hidráulico, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz e macho acabamento polido.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 125mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 300 x 600 x 220mm (CXLXA).

Peso: 170Kg.

Máquina Injetora: 200 Toneladas.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 18 - SAPATA AZUL COM PINO EXPANSOR PARA CADEIRA CJA06 – 003035

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 6008119

Descrição: Sapata com pino expansor, altura 31 mm x diametro 20,7 mm, modelo CJA06, na cor azul Pantone 287 C, para cadeira escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 1.000 (mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o **molde da FUNAP**.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio da Sapata: 3,8gr/ peça.

Peso Médio do Pino: 2,0gr/ peça.

Cor: Azul (Pantone 287 C).

Características da Sapata:

Dimensões:

Altura: 31mm.

Diâmetro Total: 20,7mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em cadeira escolar aluno CJA - 06 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 (sapata) + 04 (pino expensor), cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto.

Gavetas: 01gaveta de acionamento por cilindro hidráulico, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz e macho acabamento polido.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 125mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 300 x 600 x 220mm (CXLXA).

Peso: 170Kg.

Máquina Injetora: 200 Toneladas.

Projeto de Fabricação / Desenho Ilustrativo: FNDE / FDE

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 19 - SAPATA FRONTAL MESA CJA03 AMARELA - 005747

CATMAT: 394364

SIAFÍSCO: 5696828

Descrição: Sapata frontal, 170 mm de altura x 48 mm de largura, modelo CJA03 na cor amarela 1235 C, para mesa escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 2.000 (dois mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso: 85g/peça.

Acabamento: Texturizado e relevos com bordas arredondadas.

Cor: amarela (Pantone1235 C).

Comprimento: 170mm;

Altura: 48mm.

Dimensões: Dimensões e design homologados junto ao departamento técnico FDE.

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em mesa de aluno CJA 03 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 20 - SAPATA FRONTAL MESA CJA05 VERDE – 004496

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 4797833

Descrição: Sapata frontal, 170 mm de altura x 48 mm de largura, modelo CJA05 na cor verde Pantone 3415 c, para mesa escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 31.000 (trinta e um mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso: 85g/peça.

Acabamento: Texturizado e relevos com bordas arredondadas.

Cor: verde (Pantone 3415 C).

Comprimento: 170mm;

Altura: 48mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno CJA - 05 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 160mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 450 x 1.300 x 240mm (CXLXA).

Peso: 304Kg.

Máquina Injetora: 470 Ton.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 21 - SAPATA FRONTAL MESA CJA06 AZUL – 003037

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 6008127

Descrição: Sapata frontal, 170 mm de altura x 48 mm de largura, modelo CJA 06 na cor azul 287 c, para mesa escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 26.000 (vinte e seis) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso: 85g/peça.

Acabamento: Texturizado e relevos com bordas arredondadas.

Cor: Azul (Pantone 287 C).

Comprimento: 170mm;

Altura: 48mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno CJA - 06 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 160mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 450 x 1.300 x 240mm (CXLXA).

Peso: 304Kg.

Máquina Injetora: 470 Ton.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 22 - SAPATA POSTERIOR MESA CJA03 AMARELA – 005748

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 5696836

Descrição: Sapata escolar, 46 mm de altura x 88 mm de comprimento, modelo CJA -03, na cor amarela1235 C, para mesa escolar.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 2.000 (dois mil) unidades.

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso: 55gr/ peça.

Cor: amarela (Pantone 1235C).

Altura: 46 mm;

Comprimento: 88 mm.

Dimensões: Dimensões e design homologados junto ao departamento técnico FDE.

As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes e pigmentos atóxicos.

Aplicação: Em mesa de aluno CJA 03 FDE/FNDE.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Projeto de Fabricação, vide catálogo FDE.

ITEM 23 - SAPATA POSTERIOR MESA CJA05 VERDE - 004497

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 6008135

Descrição: Sapata posterior para mesa escolar, medindo 46 mm de altura x 88 mm de comprimento, modelo CJA05 na cor verde Pantone 3415 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 36.000 (trinta e seis mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso: 55gr/ peça.

Cor: verde (Pantone 3415 C).

Dimensões:

Altura: 46 mm;

Comprimento: 88 mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno CJA - 05 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 160mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 450 x 1.300 x 240mm (CXLXA).

Peso: 304Kg.

Máquina Injetora: 470 Toneladas.

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

ITEM 24 - SAPATA POSTERIOR MESA CJA06 AZUL – 003038

CATMAT: 394364

SIAFÍSICO: 6008143

Descrição: Sapata posterior para mesa escolar, medindo 46 mm de altura x 88 mm de comprimento, modelo CJA06 na cor azul Pantone 287 C.

Unidade de Medida: Unidade.

Quantidade: 39.000 (trinta e nove mil) unidades.

Obs. Para injeção deste material deverá ser utilizado o molde da FUNAP.

CARACTERÍSTICA DA PEÇA INJETADA COM MOLDE FUNAP:

Composição: Polipropileno copolímero virgem injetado, isento de cargas minerais.

Peso Médio: 55gr/ peça.

Cor: Azul (Pantone 287 C).

Altura: 46 mm;

Comprimento: 88 mm.

Dimensões e design **conforme projeto FNDE/FDE**. As peças não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção, ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros, virgem e pigmentos atóxicos, com comprovação através de laudo do fabricante da matéria prima.

Certificação: A empresa injetora deverá possuir certificado NBR ISO 9001.

Observação: Incluso no fornecimento a despesa com a alteração do datador para o ano vigente.

Aplicação: Para acabamento em carteira escolar aluno CJA - 06 FDE.

CARACTERÍSTICAS DO MOLDE:

Cavidades: 04 cavidades similares e compatíveis, numeradas e com gravação do logotipo da marca FUNAP.

Canal de Injeção: Direto.

Gavetas: 02 gavetas de acionamento por cilindros hidráulicos, com segurança por sensores elétricos.

Acabamento: Matriz acabamento texturizado/ macho acabamento funcional.

Extração: Mecânica por pinos extratores, com segurança mecânica, retorno por pinos e puxador de placa extratora central rosca M16.

Tratamento Térmico (Macho/ Matriz): Temperado e revenido (48 – 52 HRC).

Refrigeração: Preparada para água refrigerada a 8°C, projetada para garantir a isenção de rechupes e melhor performance do ciclo de injeção, com bicos para mangueiras de engate rápido com rosca NPT.

Anel de Centragem: Diâmetro de 160mm.

Bucha de Injeção: Ângulo de 45°.

Dimensões Externas: 450 x 1.300 x 240mm (CXLXA).

Peso: 304Kg.

Máquina Injetora: 470 Toneladas

Embalagem: Os assentos deverão vir devidamente embalados e protegidos por plástico liso ou bolha resistente, para proteção contra riscos ou danos durante o transporte, carga e descarga.

Critério de avaliação no ato da entrega:

Embalagem, Cor, Datador, Logotipo Funap, Certificado de Matéria Prima, Etiqueta do fornecedor.

Visita Técnica: A equipe técnica da FUNAP poderá realizar visita técnica nas instalações fabril do fabricante indicada pela vencedora, para a comprovação da capacitação operacional (máquinas, equipamentos e recursos necessários).

Observação: O proponente deverá apresentar na mesma planta a relação de máquinas injetoras do fabricante indicado, compatíveis e suficientes para a injeção de todos os itens, conforme especificação técnica de cada molde.

LOCAL DE RETIRADA/ ENTREGA DOS MOLDES:

Almoxarifado FUNAP - Av. Zaki Narchi, 1563 – Carandirú – São Paulo – SP "Em frente a Fast Shop"

Telefones para Agendamento: (11) 22213031 - (11) 2287-2805.

Responsável pela Entrega e Recebimento dos Moldes: Marco Antonio Grecco ou Ayrton Moreli Gati.

Importante: AGRUPAMENTO 1 - Para sanar quaisquer dúvidas, devem ser consultados os catálogos técnicos atualizados disponíveis no site da FDE.

https://produtostecnicos.fde.sp.gov.br/Login.aspx?ID_CATALOGO=9 Lembrando que é necessário ter cadastro nos Produtos Técnicos para visualizar este item. Caso não tenha, acesse o link para se cadastrar: https://produtostecnicos.fde.sp.gov.br/Cadastro.aspx?ID_CATALOGO=9

AGRUPAMENTO 2 - FITAS DE BORDA PVC (ITENS 25 A 32)

ITEM 25 - FITA DE BORDA PVC 22X1 CINZA - 005738

CATMAT: 441509

SIAFÍSICO: 6233988

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 1mm de espessura, na cor cinza, tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Fornecimento: Metro.

Quantidade: 8.100 (oito mil e cem) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face de colagem.

Cor: Cinza (Pantone 428C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 1mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 26 - FITA DE BORDA 22X1 MM MARFIM – 006366

CATMAT: 616030

SIAFÍSICO: 6008208

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 1mm de espessura, na cor marfim calro, tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Fornecimento: Metro.

Quantidade: 8.100 (oito mil e cem) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face a ser colada.

Cor: Marfim claro (Referências: L141 Formiline / Beige Matt Arauco).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 1mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 27 - FITA DE BORDA PVC 22X3 AMARELA - 005757

CATMAT: 626251

SIAFÍSICO: 5691443

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 3mm de espessura, na cor amarelo (Pantone 1235C), tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Fornecimento: Metro.

Quantidade: 2.700 (dois mil e setecentos) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face de colagem.

Cor: Amarelo (Pantone 1235 C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 3mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 28 - FITA DE BORDA PVC 22X3 AZUL - 004276

CATMAT: 626251

SIAFÍSICO: 6008291

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 3mm de espessura, na cor azul (Pantone 287 C) , tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas semiautomáticas.

Unidade de Fornecimento: Metro.

Quantidade: 27.000 (vinte e sete mil) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face de colagem.

Cor: Azul (Pantone 287 C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 3mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 29 - FITA DE BORDA PVC 22X3 LARANJA - 005756

CATMAT: 459714

SIAFÍSICO: 5696763

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 3mm de espessura, na cor laranja (Pantone151 C), tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Medida: Metro.

Quantidade: 2.700 (dois mil e setecentos) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face de colagem.

Cor: Laranja (Pantone151 C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 3mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 30 - FITA DE BORDA PVC 22X3 VERMELHA - 005758

CATMAT: 459714

SIAFÍSICO: 5691451

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 3mm de espessura, na cor vermelho (Pantone 186 C), tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Medida: Metro.

Quantidade: 2.700 (dois mil e setecentos) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face de colagem.

Cor: Vermelho (Pantone 186 C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 3mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 31 - FITA DE BORDA PVC 28X3 AZUL- 005336

CATMAT: 441937 SIAFÍSICO: 5491819

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 22mm de largura e 3mm de espessura, na cor azul (Pantone 287 C), tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Medida: Metro.

Quantidade: 10.200 (dez mil e duzentos) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face a ser colada.

Cor: Azul (Pantone 287 C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 22mm.

Espessura: 3mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

ITEM 32 - FITA DE BORDA PVC 28X3 CINZA - 005211

CATMAT: 441504

SIAFÍSICO: 6534848

Descrição: Fita de borda em PVC, medindo 28mm de largura e 3mm de espessura, na cor cinza, tipo flexível, acabamento texturizado, com prime em um dos lados, para ser usada com coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Unidade de Fornecimento: Metro.

Quantidade: 1.200 (mil e duzentos) metros.

Composição: Policloreto de Vinila (PVC) com aplicação de primer na face de colagem.

Cor: Cinza (Pantone 428C).

Acabamento: Texturizado.

Largura: 28mm (mínima).

Espessura: 3mm.

Apresentação: Rolo com 100 metros (serão aceitos rolos contento entre 100 e 150 metros).

O fornecedor deve apresentar:

Número do lote para rastreio.

Utilização: Acabamento de bordas de painéis em MDF E MDP. Deverá ser flexível ao ponto de efetuar uma curva de raio de 50mm.

Aplicação: Em coladeiras de bordas automáticas e semiautomáticas.

Importante: A qualidade de colagem da fita de bordo deve apresentar resistência ao arrancamento mínima de 70N, quando ensaiada conforme Anexo A - Ensaio de colagem (resistência à tração), constante na ABNT NBR 16332 - Móveis de madeira - Fita de borda e suas aplicações - Requisitos e métodos de ensaio.

No recebimento, serão efetuados testes de arrancamento na fábrica da FUNAP, havendo desconformidade, o material será encaminhado para laboratório acreditado, na confirmação da não conformidade, o fornecedor arcará com os custos dos ensaios e substituição do lote remanescente. O fornecedor poderá acompanhar os testes de aplicação.

Prazo de validade mínima do primer deverá ser de 180 dias, sendo executado internamente neste período, testes de ancoragem.

Embalagem: Deverá vir devidamente embalado, protegido e identificado.

1.8. Prazo e Condições de Entrega

1.8.1. As entregas deverão obedecer ao disposto na tabela abaixo, conforme particularidade e quantitativo de cada item, com entregas fracionadas ou únicas no prazo de até 30, 60 ou 90 dias:

ITEM	SIAFÍSICO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	TOTAL
1	6543979	5724	ASSENTO INJETADO CJA-01 LARANJA	UND	-	1.000	-	1.000
2	5697913	5727	ASSENTO INJETADO CJA-03 AMARELO	UND	-	1.000	-	1.000
3	4804201	4492	ASSENTO INJETADO CJA-05 VERDE	UND	5.000	5.000	3.000	13.000
4	6008054	3028	ASSENTO INJETADO CJA-06 AZUL	UND	5.000	-	5.500	10.500
5	6543987	5725	ENCOSTO INJETADO CJA-01 LARANJA	UND	-	1.000	-	1.000
6	5697891	5728	ENCOSTO INJETADO CJA-03 AMARELO	UND	-	1.000	-	1.000
7	4801415	4493	ENCOSTO INJETADO CJA-05 VERDE	UND	5.000	5.000	3.000	13.000
8	6008062	3029	ENCOSTO INJETADO CJA-06 AZUL	UND	5.000	-	5.500	10.500
9	5502756	5338	PONTEIRA 38MM MBR AZUL P/1,5MM	UND	-	12.000	12.000	24.000
10	6509460	4550	PONTEIRA 38MM MBR AZUL P/1,9MM	UND	-	6.000	6.000	12.000
11	6543995	5752	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-01	UND	-	2.000	-	2.000
12	5696810	5746	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-03	UND	-	2.000	-	2.000
13	6008097	4495	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-05	UND	-	20.000	20.000	40.000
14	6008100	3036	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-06	UND	-	15.000	20.000	35.000
15	4801369	3031	PORTA LIVROS INJ CINZ CJA05/06	UND	10.000	10.000	15.000	35.000
16	5696798	5729	SAPATA EXPANSIVA CJA-03 AMAREL	UND	-	4.000	-	4.000
17	4796764	4494	SAPATA EXPANSIVA CJA-05 VERDE	UND	-	-	21.000	21.000
18	6008119	3035	SAPATA EXPANSIVA CJA-06 AZUL	UND	-	1.000	-	1.000
19	5696828	5747	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-03	UND	-	2.000	-	2.000
20	4797833	4496	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-05	UND	-	-	31.000	31.000
21	6008127	3037	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-06	UND	-	-	26.000	26.000
22	5696836	5748	SAPATA INJETADA POSTER CJA-03	UND	-	2.000	-	2.000
23	6008135	4497	SAPATA INJETADA POSTER CJA-05	UND	-	10.000	26.000	36.000
24	6008143	3038	SAPATA INJETADA POSTER CJA-06	UND	-	15.000	24.000	39.000
25	6233988	5738	FITA DE BORDA PVC 22X1 CINZA	METRO	-	8.100	-	8.100
26	6008208	6366	FITA DE BORDA PVC 22X1 MARFIM	METRO	-	8.100	-	8.100
27	5691443	5757	FITA DE BORDA PVC 22X3 AMARELA	METRO	-	2.700	-	2.700
28	6008291	4276	FITA DE BORDA PVC 22X3 AZUL	METRO	10.000	-	17.000	27.000
29	5696763	5756	FITA DE BORDA PVC 22X3 LARANJA	METRO	-	2.700	-	2.700
30	5691451	5758	FITA DE BORDA PVC 22X3 VERMELHA	METRO	-	2.700	-	2.700
31	5491819	5336	FITA DE BORDA PVC 28X3 AZUL	METRO	-	10.200	-	10.200
32	6534848	5211	FITA DE BORDA PVC 28X3 CINZA	METRO	-	1.200	-	1.200

1.8.2. Os prazos são contados a partir do 1º dia útil subsequente da assinatura do contrato.

1.9. Local e Condições de Entrega

FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" – FUNAP PIRAJUÍ

Estrada Vicinal Pref. Aníbal Haman, km 6 – CEP: 16602-000 - Pirajuí/SP

CNPJ: 49.325.434/0009-08 Insc.Est.: 538.005.324.119

Horário de Recebimento: Deverá ser agendado previamente pelos telefones (14) 3584-8501 ou (14) 3584-8511. Não será aceita entrega sem pré-agendamento.

Limite para Tráfego: 4 metros de altura.

Responsável pelo Recebimento: Edson Luis Fazon ou Luiz Carlos Cardoso.

Descarga do Produto: Fica por conta da contratada a responsabilidade e as despesas com alocação de mão de obra e recursos para descarga.

Garantia: A garantia técnica do objeto licitado deverá ser, no mínimo, de 12 (doze) meses, contados a partir da data de seu recebimento definitivo, sendo que nesse período deverão ser cobertos quaisquer problemas apresentados em decorrência de defeito de fabricação oculto.

Crítérios de Avaliação: No ato da entrega será avaliada a embalagem, condições do produto, identificação e quantidade. A critério da Comissão de Recebimento de Materiais, serão retiradas amostras dos lotes entregues, de maneira aleatória e em quantidade satisfatória para análise da qualidade das mesmas, sendo a análise efetuada pelos responsáveis técnicos indicados pelo Setor de Projetos.

1.10. Faturamento

Faturamento: O faturamento deverá ser emitido para o seguinte CNPJ: 49.325.434/0009-08.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 381101-107/2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A Contratada deve atender, **quando couber**, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, Art. 5º: “Os órgãos e entidades da

Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de **bens**, poderão exigir os seguintes **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**”:

4.1.2. (...) “que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.5. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas e modelos, porém serão **referenciados** modelos e marcas, apenas para melhor entendimento dos itens.

Da exigência de amostra:

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, **caso a equipe de apoio juntamente com o pregoeiro considerem pertinente**, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4 Serão exigidas amostras de um ou mais itens, conforme deliberação da equipe de apoio, devidamente justificada.

4.5. As amostras, se forem exigidas, deverão ser entregues no endereço: Avenida Amador Bueno da Veiga, 454 Taubaté/SP CEP 12062-400 , no **prazo limite de 5 dias úteis** contados do primeiro dia útil subsequente a realização da licitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso da empresa não apresentar ou não enviar amostra ou ocorrer atraso nessa apresentação, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.8.1. Para todos os Itens: dimensões, aplicabilidade, embalagem e demais características que se fizerem pertinentes e estiverem descritas no Descritivo Técnico de cada produto, contido no edital da licitação;

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. As amostras entregues serão retidas pela Administração para aferimento quando da realização da entrega do objeto, posteriormente poderão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da entrega total do material, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade:

4.14. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Garantia da contratação:

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens está informado no item 1. Condições Gerais da Contratação, sub item 1.8. Prazo e condições de entrega.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1. O pleito para prorrogação, caso necessário, deverá ser redigido e enviado eletronicamente aos gestores do contrato, em termo próprio timbrado e assinado.

5.2.2. O requerimento para prorrogação deverá conter justificativa escrita, devidamente embasada nos termos da lei.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço informado no item 1. Condições Gerais da Contratação, sub item 1.9. Local e Condições de Entrega.

5.4 O Faturamento deverá ser emitido para o CNPJ informado no item 1. Condições Gerais da Contratação, sub item 1.10. Faturamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de notificação por parte da administração pública.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte do objeto coberto pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.15. A Contratante, caso entenda que o objeto entregue não esteja de acordo com as características exigidas, e caso essas características não possam ser mensuradas pela administração, o objeto poderá ser enviado para análise técnica em laboratório devidamente credenciado e reconhecido.

5.14.1. Se ficar comprovado que o objeto realmente não atende as exigências contidas em edital, a contratada deverá arcar com os custos laboratoriais, além da substituição do objeto e demais penalidades previstas na lei.

5.14.2. Caso o objeto atenda as exigências contidas em edital os custos laboratoriais ficarão a cargo da administração pública, salvo casos específicos que exista a exigência de laudos e outros documentos técnicos explícito em edital.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto 68.220/2023](#)).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 68.220/2023);

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III), se for o caso;

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 68.220/2023).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O prazo de 10 dias úteis, para eventual substituição ou reposição de item em desacordo, rejeitado no todo ou em parte, não caracteriza prorrogação no prazo de entrega constante do subitem 1.7., assim, caso a substituição ou reposição exceda o prazo de entrega inicialmente ajustado, a contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei federal 14.133/21.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção. (Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente, mediante aplicação do índice IPCA, na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.21.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural pessoa física** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21.1. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.24.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.25.5. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Outras Comprovações

8.26. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.26.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para

efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.27. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 381101;

II) Fonte de Recursos: 150140001;

III) Programa de Trabalho: 14.421.3815.6144.0000;

IV) Elemento de Despesa: 339030-XX;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Agrupamento dos Itens

11. Justificativa para o Agrupamento de Itens

11.1. Natureza dos Objetos

11.1.1. Alguns produtos exigem quantidades mínimas de produção para viabilizar economicamente sua fabricação.

11.1.2. O agrupamento evita que fornecedores sejam desestimulados a participar por lotes muito pequenos ou pouco atrativos.

11.2. Padronização

11.2.1. A uniformidade dos produtos e cores garante coerência estética e funcional.

11.2.2. Evita discrepâncias entre itens que deveriam compor um mesmo conjunto ou ambiente.

11.2.3. Facilita a logística e o controle de qualidade.

11.3. Economicidade

11.3.1. O agrupamento permite melhor negociação de preços ao concentrar a demanda.

11.3.2. Reduz custos administrativos e operacionais, já que a contratação é feita de forma integrada.

11.3.3. Garante maior competitividade e aproveitamento de escala.

11.4. Mitigação de Riscos

11.4.1. Itens menos atrativos isoladamente poderiam fracassar na licitação.

11.4.2. Ao serem agrupados com itens de maior interesse, assegura-se a contratação integral do conjunto necessário.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE LUIZ RODRIGUES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 14:35:19.

ADEMIR JOSE GOUVEA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 15:09:57.

EVALDO LUIZ DA SILVA

Diretor de Produção



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 17:03:11.

ESP-FUND PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

Contrato 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	381101-ESP-FUND PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL	ADRIANO ROVARON DE ALBUQUERQUE	16/03/2026 10:47 (v 0.3)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		256.00000844/2026-60

Preâmbulo

MINUTA

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÃO – LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO "PROF. DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL"-FUNAP

Processo Administrativo Nº 256.00000844/2026-60

Pregão Eletrônico 900XX/2026

Contrato nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX.000X/26PXXX/26-XX, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" - FUNAP, POR INTERMÉDIO DO (A) DIRETORIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E _____

A Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP, por intermédio do (a) Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, com sede na Rua Líbero Badaró, 600, 8º Andar, Centro, São Paulo -SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 49.325.434/0001-50, neste ato representado Sr. Kléber Danúbio Alencar Júnior, nomeado(a) pelo(a) CI - FUNAP /DIREX nº 025(a) pelo(a) Diretor Adjunto de Administração e Finanças /00/2023, de 17 de janeiro de 2023, publicado (a) no DOE de 17 de janeiro de 2023, portador da identificação funcional nº 1003640 , no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) Empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 256.00000844/2026-60 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão

1. Cláusula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de injetados e fitas de borda, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					
	7					
	8					
	9					

10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					

	23					
	24					
2	25					
	26					
	27					
	28					
	29					
	30					
	31					
	32					

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência nº 20/2026;
- 1.3.2. Proposta do Contratado; e
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- 1.4.
- 1. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **150 (cento e cinquenta) dias, contados da assinatura** do presente termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (valor por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 05 (cinco) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e /ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.19. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

IV. Multa, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

IV.1 A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Crédito Orçamentário 2026**, na dotação abaixo discriminada:

2. Gestão/Unidade: 381101

3. Fonte de Recursos: _____

4. Programa de Trabalho: _____

5. Elemento de Despesa: _____

6. Plano Interno: _____

7. Nota de Empenho: _____

15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. Cláusula décima sexta - alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. Cláusula décima sétima - publicação

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. Cláusula décima oitava - foro

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KLEBER DANUBIO ALENCAR JUNIOR

Autoridade competente

ANEXO III

Norma Organizacional nº 011/00/2020

Estabelece regras para aplicação de multas e sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislações correlatas, a serem aplicadas ao licitante e/ou contratado responsável administrativamente.

1. A recusa injustificada em manter a proposta, retirar o empenho, celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, no caso de compras e prestação de serviços não contínuos;

2. A inexecução total do ajuste ensejará a incidência de multa de 30% (trinta por cento) do valor do ajuste.

3. A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa de 15% (quinze por cento) do saldo financeiro não realizado, no caso de compras e prestação de serviços não contínuos;

3.1 - No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculada sobre o valor diário do contrato inadimplido;

4. O atraso injustificado na execução da contratação ensejará a aplicação de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, com limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo total financeiro não realizado, no caso de compras e prestação de serviços não contínuos;

4.1 - No caso de prestação de serviços contínuos, o valor da multa será de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor previsto de atraso.

5. Para os contratos firmados por dispensa de licitação em razão da emergência, conforme fundamentado nos incisos VII e VIII e IV do art. 75 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor da multa será sempre pelo teto de 30% (trinta por cento), independentemente da quantidade de dias em atraso.

6. Os valores das multas serão descontados dos pagamentos devidos ao contratado ou da garantia do contrato. Inexistindo estes, deverão ser recolhidos pelo contratado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aplicação da penalidade ou do indeferimento do recurso, sob pena de cobrança judicial.

7. Decorrido o prazo para pagamento, as multas serão corrigidas monetariamente, de acordo com índice oficial, até a data de seu recolhimento.

8. As multas estabelecidas nesta Norma são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

9. As cláusulas estabelecidas nesta Norma deverão integrar, sob forma de anexo, os instrumentos convocatórios de licitações e os contratos ou instrumentos equivalentes de que trata esta Norma.

10. As disposições desta Norma, aplicam-se, também, às demais contratações resultantes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

11. A aplicação e os registros das sanções administrativas obedecerão ao disposto na Lei Estadual 12.799/08, de 11/01/08 e no Decreto Estadual nº 61.751, de 23/12/15.

ANEXO IV

MODELO (Declaração de que atende aos requisitos de habilitação – item 9.4 do Edital)

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____(nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante atende todos os requisitos de habilitação, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e demais normas a respeito.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal/Procurador)

ANEXO V

PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO 256.00000844/2026-60 - PREGÃO Nº

ITEM	GR	CATMAT	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	445550	ASSENTO INJETADO CJA-01 LARANJA		1.000		
2		445550	ASSENTO INJETADO CJA-03 AMARELO		1.000		
3		445550	ASSENTO INJETADO CJA-05 VERDE		13.000		
4		445550	ASSENTO INJETADO CJA-06 AZUL		10.500		
5		445549	ENCOSTO INJETADO CJA-01 LARANJA		1.000		
6		445549	ENCOSTO INJETADO CJA-03 AMARELO		1.000		
7		445549	ENCOSTO INJETADO CJA-05 VERDE		13.000		
8		445549	ENCOSTO INJETADO CJA-06 AZUL		10.500		
9		269217	PONTEIRA 38MM MBR AZUL P/1,5MM		24.000		
10		269217	PONTEIRA 38MM MBR AZUL P/1,9MM		12.000		
11		394364	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-01		2.000		
12		394364	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-03		2.000		

13		394364	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-05		40.000		
14		394364	PONTEIRA RD 1.1/4 INJETADA CJA-06		35.000		
15		622323	PORTA LIVROS INJ CINZ CJA05/06		35.000		
16		394364	SAPATA EXPANSIVA CJA-03 AMAREL		4.000		
17		394364	SAPATA EXPANSIVA CJA-05 VERDE		21.000		
18		394364	SAPATA EXPANSIVA CJA-06 AZUL		1.000		
19		394364	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-03		2.000		
20		394364	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-05		31.000		
21		394364	SAPATA INJETADA FRONTAL CJA-06		26.000		
22		394364	SAPATA INJETADA POSTER CJA-03		2.000		
23		394364	SAPATA INJETADA POSTER CJA-05		36.000		
24		394364	SAPATA INJETADA POSTER CJA-06		39.000		
25	2	441509	FITA DE BORDA PVC 22X1 CINZA		8.100		
26		616030	FITA DE BORDA PVC 22X1 MARFIM		8.100		

27	626251	FITA DE BORDA PVC 22X3 AMARELA		2.700		
28	626251	FITA DE BORDA PVC 22X3 AZUL		27.000		
29	459714	FITA DE BORDA PVC 22X3 LARANJA		2.700		
30	459714	FITA DE BORDA PVC 22X3 VERMELHA		2.700		
31	441937	FITA DE BORDA PVC 28X3 AZUL		10.200		
32	441504	FITA DE BORDA PVC 28X3 CINZA		1.200		

- Validade da proposta: **60 (sessenta) dias.**

Empresa:

Endereço:

Telefone:

Email:

Conta Corrente (Banco do Brasil):

_____, ____ de _____ de 2026.

NOME

ASS

